

NEWSLETTER

SPCE

ISSN 2182-9195

Publicação Semestral

Nº 7, janeiro-outubro
2016



SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS
DA EDUCAÇÃO

EDITORIAL

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) promoveu, de 4 a 6 de julho de 2016, no Centro de Congressos de Lisboa, o Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal. Trata-se de retomar uma iniciativa que, durante os ministérios de José Mariano Gago, se realizava regularmente com o objetivo de propiciar o debate com (e entre) a comunidade científica. Um debate que, nas condições atuais, se torna particularmente importante, depois dos “anos de chumbo” na política conduzida pelo Governo do PSD-CDS, que tiveram em Nuno Crato e Miguel Seabra os principais rostos de uma orientação que desbaratou décadas de esforços continuados na criação de uma comunidade científica robusta e relevante.

O processo de avaliação das Unidades de Investigação e Desenvolvimento (UID) foi, seguramente, o aspeto que mais marcou negativamente esse período. E, se foi negativo para o conjunto da comunidade científica, foi muito negativo para a área das Ciências da Educação, que saiu particularmente enfraquecida desse processo. Das 13 UID que se apresentaram a avaliação no processo conduzido pela *European Science Foundation* (ESF), sob contrato e orientação da FCT, apenas 1 foi avaliada com Excelente, 3 com Muito Bom, 3 com Bom (2 das quais apenas após recurso e com avaliação por novo Painel), 1 com Razoável e 3 com Pobre. Uma das unidades ainda não tem o seu processo terminado, pois a FCT “perdera” o recurso, não o enviando para o respetivo painel.

Ao enfraquecimento resultante desse processo de avaliação externa somou-se o persistente combate dos sectores mais conservadores da política nacional, com forte presença nos *media* e nos *think tank* (estes últimos ligados sobretudo aos grandes capitalistas nacionais que decidiram criar as suas fundações), contra os conhecimentos produzidos no campo das Ciências da Educação, que designam pejorativamente como o *eduquês*.

A atual equipa do MCTES, que tinha sido muito crítica desse processo, já anunciou e pôs em prática um conjunto de orientações novas, ainda muito limitadas nos seus efeitos práticos por uma situação financeira difícil. Por outro lado, o atual Ministério da Educação (ME), dirigido por um jovem cientista, tomou um conjunto de medidas que inverteu a política reacionária (não tenhamos medo das palavras) de Crato (acentuando e ampliando orientações que vinham de trás, em particular dos consulados de Maria de Lurdes Rodrigues e David Justino) que tornou a escola portuguesa (no seu conjunto, embora com muitos espaços de resistência) um paraíso de exames, pobre nos seus conteúdos e nas suas dinâmicas formativas, socialmente discriminatória, e onde se acentuou uma pedagogia tradicional, centrada na competição e na preparação para os exames.

Mas a mudança na situação das Ciências da Educação não decorre apenas das mudanças de políticas governamentais. Exige, dos diretamente envolvidos, participação e ação consistente. Daí o meu apelo a um *sobressalto* cívico de todos quantos têm a Educação como centro da sua atividade científica e profissional. É fundamental reequilibrar (e ganhar) o debate de ideias, de agendas, na sociedade portuguesa, dando o nosso contributo para a construção de uma escola exigente, radicalmente democrática, onde a beleza do conhecimento possa ser usufruída por todos, sem limitações de classe, de género, de proveniência étnica ou nacional, de opção sexual ou outra.

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DE EDUCAÇÃO

A FCT E OS DESAFIOS DO SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO

Em 1997, a Fundação para a Ciências e Tecnologia (FCT) veio substituir a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, tendo-lhe sido cometida a missão de promover, apoiar e organizar a produção de ciência em todas as áreas de conhecimento. A governação e gestão políticas do sistema científico nacional, que a FCT, enquanto agência pública, então, assumiu, visava promover, pela sua organização em unidades de investigação, uma maior participação das comunidades e grupos de investigadores das diferentes áreas do conhecimento. Articuladamente, e com o fito de aumentar e qualificar os recursos humanos do sistema de produção de conhecimento, foram criados programas de atribuição de bolsas de pós-graduação. O desenvolvimento destas políticas de ciência em Portugal resultou na criação – protagonizada e muito participada pelos investigadores – de um número considerável de unidades de investigação, dentro, fora (e.g. os Laboratórios Associados) e entre as instituições de ensino superior. Estas políticas traduziram-se na significativa melhoria da posição do país no número de doutores em relação à sua população e numa clara melhoria dos indicadores de produção científica, designadamente no número de publicações, para não falar já da qualificação dos corpos docentes das instituições de ensino superior, sobretudo através da mencionada disponibilização de bolsas de doutoramento.

Este crescimento em qualidade e quantidade de recursos humanos qualificados trouxe consigo, porém, uma tendência de precarização laboral dos investigadores, que o *Programa Ciência* não conseguiu resolver nas suas múltiplas implicações. De facto, as instituições de ensino superior e os Laboratórios Associados pragmaticamente usaram os investigadores/docentes, assim formados, sem criar lugares nos seus quadros para eles. A precariedade da carreira dos investigadores é um problema do sistema de investigação que persiste como um dos mais candentes.

Nos últimos anos, marcados pela crise económica e financeira e pela assunção de orientações políticas de promoção de relações com o tecido empresarial nacional e regional, os critérios de financiamento da investigação vieram privilegiar áreas que, potencialmente, visam produtos social e

economicamente relevantes, mesmo de comercialização, em detrimento de outras em que essa aplicabilidade ou não é imediata, ou não é prioritária (como as centradas na investigação pura, as das humanidades e de muitas das ciências sociais e humanas). Tais assunções refletiram-se nos critérios de financiamento dos programas doutorais e nos dos concursos para atribuição de bolsas. Se a crise financeira pode explicar o decréscimo do financiamento disponível para a investigação em todas as áreas de conhecimento, não explica, contudo, o desequilíbrio de financiamento entre as diversas áreas e respetiva alocação de bolsas. Este tem a sua origem em pressupostos políticos com implicações para o desenho do próprio sistema nacional de investigação. De facto, o modelo de avaliação das unidades de investigação visava “um reajustamento da dimensão e geometria da rede de instituições de investigação atualmente existentes”, como se diz no Regulamento da Avaliação e Financiamento de Unidades de Investigação, da FCT (2013). Na sequência do processo de avaliação, o número de unidades de investigação financiadas plurianualmente diminuiu significativamente, assim o dos membros aí integrados, refletindo quer a natureza dos critérios, quer peripécias do seu processo de implementação.

O modelo de gestão política do sistema organizado em unidades de investigação coloca estas últimas (assim como às redes que constituíram) no centro da sua governação e as comunidades científicas devem ser ouvidas e chamadas a ativamente participar na formulação de políticas, instrumentos, assim como na identificação de prioridades. Todavia, tal não desresponsabiliza a FCT, enquanto entidade coordenadora, desse mesmo papel. A coordenação política do sistema de ciência nacional não pode deixar de curar que as áreas de conhecimento e as unidades de investigação tenham um apoio equilibrado, quer dizer, que a preocupação com a inovação, transferência de conhecimento e com relevância económica do conhecimento produzido não sacrifique áreas de conhecimento onde o curto-prazo e a utilização social imediata do conhecimento não são, pela sua natureza epistemológica, centrais.

A política de investigação da FCT afina pela ‘gramática’ europeia e transnacional de que a investigação a valorizar é aquela que se dimensiona para a transferência de conhecimento, sobretudo para o setor empresarial. A questão não está na ênfase da ciência e o conhecimento em geral servirem a sociedade, mas na construção e restrição de uma

gramática política que constrange a investigação a uma aplicabilidade que, em todas as áreas, pode resvalar para um utilitarismo perigoso. Estas assunções, frequentemente mais implícitas do que explícitas, são vertidas em critérios, de aparente objetividade, que presidem a concursos de projetos institucionais, de equipas de investigação e mesmo individuais que, pelo excessivo peso na aplicação imediata e na relevância social e económica, podem pôr em risco, de várias formas, o futuro do que é o conhecimento, a sua produção e disseminação. Não se trata de questionar a necessidade de prestação social de contas, mas de reduzir esta a uma forma ‘única’, baseada, em muitos sentidos, na redução do mundo relevante ao mundo ‘empresarial’.

Ao longo dos últimos anos houve também uma relação difícil entre a FCT e as UNIDADES DE I&D. Há uma exterioridade significativa entre uma e outras, dando a impressão de que a FCT é uma correia de transmissão das políticas governamentais e apenas uma gestora/mediadora da relação entre o Estado, as instituições e os/as investigadores/as. De que modo as instituições são parceiras no desenho das estratégias de investigação nacionais e nas diferentes áreas e não meros ‘agentes’ de um ‘principal’ que não negocia (ou explícita com clareza) os objetivos a alcançar? Se, por um lado, a mediação entre as políticas governamentais para o setor pode garantir uma certa (e desejável) independência entre a fundação e as instituições e investigadores, pode também construir, assim, um fosso entre uns e outros. Os processos de auscultação da comunidade de investigação têm sido burocratizados, tecnicizados sem se conseguirem formas eficientes de escuta mútua. Não há ano, não há concurso em que a FCT não surja como um problema, em vez de promotora da investigação e suporte dos centros e dos investigadores. Nesta mediação necessária há um papel que poderia ser desempenhado pelos Conselhos Científicos, o qual tem sido muito limitado e não muito valorizado pela FCT. A escolha de alguns foi bastante descredibilizada da última vez que foram nomeados (nomeadamente nas CS/A/H). Note-se, no entanto, um esforço destes em contribuir para uma mediação entre a FCT e as unidades de I&D.

Nesta relação difícil tem prevalecido um horizonte temporal muito curto (nomeadamente nos projetos). Falta também previsibilidade nas orientações/prioridades, nos prazos, na existência ou não de certos programas/tipos de financiamentos, nos critérios que são privilegiados. Estes fatores, mas não só, têm contribuído para uma significativa precariedade no emprego científico e na formação de

recursos humanos. Esta falta de previsibilidade observa-se também quanto à questão da escala, não sendo claro o que se pretende em termos do sistema científico nacional. Parecia que se queria passar dum sistema que privilegiava a dimensão para outro de unidades mais pequenas, ágeis e seletivas. No entanto, outros sinais (distribuição financeira, Doutoramentos FCT) sugerem que se volta a favorecer a concentração de recursos nalgumas unidades e áreas. Aliás, quando se fala de ‘cientistas’ ainda parece que só se está a falar das ciências duras e nos veículos de comunicação da FCT (site, boletins informativos, etc.), raramente é dado destaque ao que se faz nas Artes, Humanidades e Ciências Sociais.

Torna-se, assim, necessário, definir uma política para a investigação que, por um lado, permita responder aos desafios que a centralidade do conhecimento nos processos de produção, distribuição e consumo atualmente assume, mas que, por outro lado, não sacrifique a investigação e os seus potenciais desenvolvimentos por assunção de critérios do tipo ‘one size fits all’, de curto prazo e de (imediata) aplicabilidade dos seus produtos. À FCT cumpre a missão de promover, apoiar e organizar a produção de ciência em todas as áreas de conhecimento. Uma política científica com estas características só é sustentável a partir de um amplo consenso social e político e de um estatuto da carreira de investigação consolidado, nos quais as unidades e os investigadores se revejam.

Pedro Teixeira
António Magalhães
CIPES-Universidade do Porto

TRÊS MOMENTOS NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: A PERSPETIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS.

Há uns anos atrás, assisti a uma série de reuniões em Lisboa sobre a crise das ciências sociais e humanidades, umas promovidas pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT), outras organizadas por diretores de faculdades e escolas universitárias preocupados com o aparente desinvestimento e despromoção do ensino e da investigação nestas áreas fundamentais de conhecimento. Passados cinco anos, os

problemas parecem não se terem dissipado: apesar da crise, os cursos ainda têm alunos – eventualmente porque o desemprego não atinge apenas as profissões que exigem qualificações nas ciências sociais e humanas; e apesar da austeridade, os centros de investigação ainda têm projetos financiados – eventualmente através de um “reposicionamento estratégico” exigindo um maior investimento, quer em projetos multi e inter-disciplinares sobre os novos desafios sociais identificados pela Comissão Europeia, quer na análise mais minuciosa de novos fenómenos comunicacionais e identitários.

Ao longo dos últimos anos, há indícios que, pelo menos no que toca à multi e inter-disciplinaridade, a atitude da FCT tem evoluído. Em primeiro lugar, a instituição formalmente atribui maior importância aos potenciais benefícios da investigação multi-disciplinar, embora adotando uma definição no processo avaliativo que privilegia colaboração entre “domínios” distintos (entre as ciências sociais e as ciências agrárias em estudos de cariz rural, ou entre as humanidades e as engenharias em projetos sobre a requalificação urbana, por exemplo), no pressuposto de que são essencialmente centros de investigação *uni*-disciplinares que realizam tais atividades. Em segundo lugar, na sua tentativa de tornar a avaliação da produtividade científica mais exata e transparente, a FCT aplica essencialmente os mesmos critérios às publicações dos físicos nucleares e dos historiadores de filosofia medieval, independentemente das dissemelhanças entre as formas habituais de difusão do conhecimento produzidos em áreas científicas distintas. Assim sendo, a avaliação dos centros de investigação continua a ser demasiadamente condicionada pelas atitudes, prioridades e práticas das “ciências duras”, e não suficientemente sensíveis à realidade das ciências sociais, as humanidades e, sobretudo, as áreas de investigação interdisciplinares,

Nestas circunstâncias, parece curioso que, hoje em dia, uma parte significativa da investigação científica priorizada pela Comissão Europeia exige abordagens multi e inter-disciplinares. No caso específico das ciências sociais, bem como a sua interface epistemológica e operacional com outros domínios e disciplinas, não me parece viável promover respostas adequadas aos principais “desafios sociais” da Comunidade, ou construir “estratégias inteligentes” para as nossas regiões na

ausência de plataformas organizacionais e metodologias empíricas de índole interdisciplinar. É unicamente assim que as teorias, conceções e práticas científicas irão mudando e mutando no sentido de permitir uma ciência cada vez mais *transdisciplinar* de acelerar o ritmo de progresso e de difundir mais inclusivamente os seus efeitos. Importa-se lembrar que, muitas vezes, os avanços do conhecimento humano e a inovação tanto tecnológica como não tecnológica surgem não no “coração” tradicional das disciplinas mas sim nos interstícios entre disciplinas através da “fricção criativa” tipicamente provocada pela colaboração científica.

Há três anos, os centros de investigação portugueses de todas as áreas científicas participaram num exercício de avaliação promovido pela FCT e executado pela Fundação Europeia da Ciência. Os resultados da avaliação causaram controvérsia generalizada e decepção profunda por parte de algumas das instituições participantes, frustradas por não ter recebido nem a validação nem o financiamento que esperavam, provocando críticas da metodologia utilizada. Aduziu-se frequentemente o argumento de que, em tempos de crise, ao invés de reduzir despesas públicas em I&D, o investimento deveria ser impulsionado, e que cortes cirúrgicos no número de centros de investigação (quer através de não financiamento, quer através de fusões entre instituições) provocariam mais problemas do que soluções. Houve também uma certa tendência – à qual as ciências sociais e humanas não tinham qualquer isenção – para centros de investigação que tinham subido nos *rankings* de receber um financiamento da FCT inferior ao do passado. No final do exercício, a FCT – aparentemente com recursos insuficientes do Orçamento do Estado para financiar as instituições às quais tinha concedido acreditação – obrigou-as a candidatarem os seus planos estratégicos de investigação para 2015-20 ao programa COMPETE 2020, financiado pelos fundos europeus. Assim, estávamos perante um processo de *outsourcing*, tanto do exercício avaliativo, como dos custos de funcionamento, com toda a erosão de autonomia que este tipo de interdependência assimétrica implica.

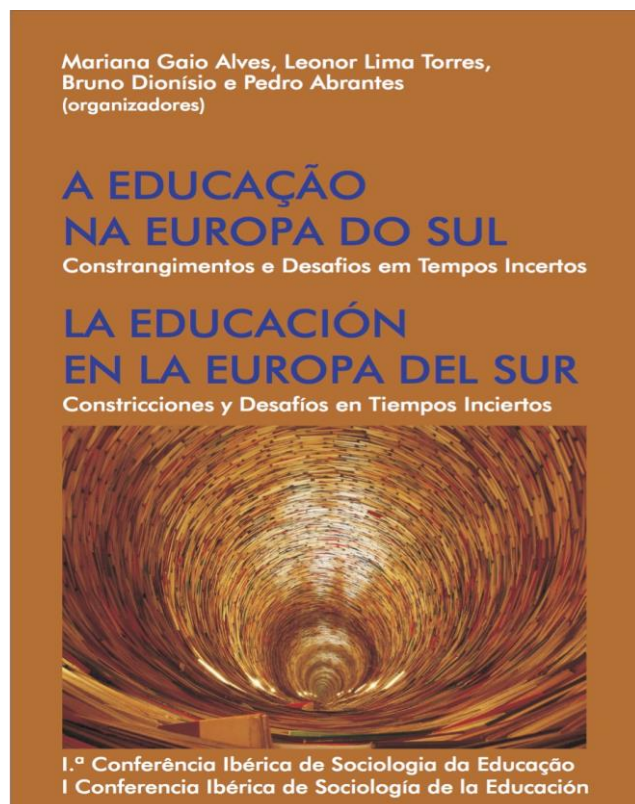
De uma perspetiva muito mais pessoal, há duas semanas atrás, durante a campanha que precedeu o referendo britânico do 23 de Junho sobre a continuidade do país na União Europeia, no final de um debate televisivo, um membro do público levantou a questão muito legítima que, se os propósitos dos “Brexiteiros” forem realizados, perder-se-iam milhões de euros de financiamento em áreas-chave da investigação científica (não apenas na investigação básica, mas também nas ciências sociais e humanas, e nos estudos multi e inter-disciplinares), desfazer-se-iam as equipas internacionais pacientemente construídas ao longo dos últimos anos, e nunca colheríamos os frutos mais recentes de várias décadas de colaboração interinstitucional. O mediador do debate pediu perdão do interlocutor, mas “o tempo está a acabar e estas questões eventualmente teriam resposta numa outra ocasião” – palavras deprimentemente familiares e particularmente pungentes para os académicos britânicos. Esperemos que o mesmo discurso não seja utilizado com os investigadores em Portugal e nas outras zonas da União Europeia sob o flagelo da austeridade.

Chris Gerry

CETRAD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

PRÉMIO

SPCE/DE FACTO EDITORES 2015



Com organização de Mariana Gaio Alves, Leonor Torres, Bruno Dionísio e Pedro Abrantes foram publicados os textos principais relativos à 1ª Conferência Ibérica de Sociologia da Educação

O Júri constituído pela Prof^a Maria João Carvalho (Presidente, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Prof. António Neto-Mendes (Universidade de Aveiro), Prof. Carlos Barreira (Universidade de Coimbra), Prof.^a Emília Vilarinho (Universidade do Minho), Prof.^a Maria da Conceição Azevedo (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Prof^a Maria Luísa Branco (Universidade da Beira Interior) e Prof.^a Preciosa Fernandes (Universidade do Porto) atribuiu, por unanimidade, o **Prémio SPCE/ De Facto Editores 2015** ao trabalho intitulado «*Labirintos da Justiça na Escola: Perspetivas de Alunos e Professores*», da autoria de Aline Seça. Não podendo deixar de ser feita uma saudação especial à Laureada, enviamos também um agradecimento aos restantes investigadores e investigadoras que apresentaram outras candidaturas, as quais correspondem igualmente a trabalhos académicos com grande valor, prestigiando a Educação e as Ciências da Educação.

No Prefácio à obra, entretanto publicada, a Prof^a Fátima Chorão Sanches, escreve:

“A presente investigação – original, inovadora, rigorosa e crítica – tem fundamento conceptual na problemática geral da justiça educativa. (...) Este livro é também relevante pelo exame crítico das políticas europeias e dos programas

postos em prática em Portugal nas últimas décadas. Mas, sobretudo, porque interroga a sua eficácia em termos de justiça escolar e social. Aline Seíça percorre, descobre, analisa, interpreta e tenta compreender os Labirintos da Justiça na Escola, dando a conhecer, em primeiro lugar, de que modo coexistem ou se entrecrocavam distintas perspetivas de justiça na praxis da escola. Nos primeiros capítulos conceptualiza a problemática do estudo a realizar, clarificando a complexidade, prevalência e multiplicidade labiríntica dos caminhos teóricos de justiça. Realiza depois o mapear do labirinto empírico que lhe permite fazer sobressair e ver a nova luz questões das mais prementes na sociedade portuguesa atual.” (Sanches, 2016).

TRIBUNA LIVRE

IMPLOÇÃO OU EXPLOÇÃO DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO? SEIS EQUÍVOCOS EM PORTUGAL

Numa crescente preocupação sobre a frescura das Ciências da Educação e atravessando o país consideráveis roturas das políticas educativas na última década, partilho cinco inquietações que podem implodir ou desabrochar esta nobre área do conhecimento.

1 – Continuamos a assistir a um infindável número de modelos curriculares que florescem das academias e que pouco escoamento têm no terreno. De um modo geral, as escolas reclamam autonomia no seu funcionamento. Tendencialmente, os sucessivos governos têm ido ao encontro desta vontade. Contudo, há uma série de variáveis que muito condiciona a introdução de modelos curriculares fiáveis e viáveis. Variáveis como a falta de orçamento para a formação de professores de um dado modelo, a prioridade para outras necessidades mais prementes (recursos humanos e materiais das escolas), e, principalmente, a falta de vontade dos profissionais da escola (direção e professores). Continuamos a ter poucos professores excelentes, muitos professores razoáveis e alguns professores que deveriam deixar esta profissão. Não levamos suficientemente a sério o processo de auto e heteroavaliação dos professores. Mentimos, por vezes, a nós próprios.

2 – Vivemos hoje um equívoco social num país que ainda pouco produz e com uma máquina estatal consideravelmente pesada. Há uma região de países muito prósperos cujo peso do estado é onnipresente: a Escandinávia. Mas há uma diferença: estes países têm um fator produtivo muito superior ao nosso, o que lhes permite levar à prática o desejado “Estado Social”, com impostos que chegam aos 50% do rendimento de um cidadão da classe média, mas com invejáveis direitos gozados na saúde e na educação.

3 – Assistimos ainda a um défice de pedagogos e didatas que tornem a partilha de conhecimento muito mais fresca, arrojada e eficaz junto das comunidades educativas. Uma partilha não só para os congressos e para as revistas científicas - que parecem, por vezes, direcionadas apenas para contextos do ensino superior - mas para o terreno da sala de aula. Desde o tecido pré-

escolar a todo o ensino básico. Gostava que, em encontros das Ciências da Educação, os estudos apresentados evidenciassem efetivamente um impacto considerável nas escolas, como denotou Chevallard sobre a transposição didática de conteúdos para o terreno.

4 – Presenciamos ultimamente uma crescente bipolarização política que torna os interesses corporativistas e mesmos pessoais acima das urgentes necessidades do país. Denoto uma gradual divisão entre a Esquerda e a Direita. As Ciências da Educação, polo nevrálgico das políticas educativas, deambulam de um lado para o outro, mediante os resultados eleitorais. Ao contrário de muitas democracias bem evoluídas não há, lamentavelmente, em Portugal um pacto de regime educativo isento e apartidário que desenvolva uma solução estável e sustentável para dez anos. Pelo contrário, não acarinhámos o trabalho realizado pelos sucessivos ministérios dos diversos quadrantes políticos. E não nos apercebemos que isso faz mal às Ciências da Educação. Descredibiliza-as.

5 – Há um equívoco existente quando acreditamos que o investimento nas Ciências da Educação deve partir maioritariamente do Estado. Ainda sobre os encontros das Ciências da Educação, muitos dos discursos ainda se pautam *ad nauseum* pelo apoio estatal. Por que não pensamos noutras formas de valorizar as Ciências da Educação sem este apoio?

6 – Pouco debatido na nossa comunidade, saliento a promiscuidade entre o poder político e as grandes editoras livreiras. Refiro-me, lamentavelmente, aos conteúdos pouco alterados de uma edição para a outra e que obrigam as famílias a gastar mais dinheiro. Refiro-me à pertinência de alguns manuais escolares nas comunidades educativas, em especial nas áreas das expressões. Não desejo uma sociedade autofágica de empregos com o patrocínio das Ciências da Educação. Antes arbitragem.

Como formador de professores e educador musical de crianças apercebo-me da necessidade gradual de cada um e de cada uma em dar o seu contributo criativo, resiliente e exequível na atmosfera das Ciências da Educação. E essa atmosfera é mesmo o ar que respiramos e que carecemos. Por que não concebermos sinergias originais na Formação Contínua, através do cruzamento das Ciências da Educação com todas as áreas do conhecimento circundantes? Sem financiamentos. Obviamente pago por nós. O investimento em nós deve ser intrínseco.

Onde está a autonomia das Ciências da Educação? Quando deixaremos de nos queixar do Estado e ao Estado? Quando teremos alunos desta área com projetos de Mestrado e Doutoramento que suscitem a atenção do setor privado e, porventura, se arriscam a singrar arrojadamente no mercado de trabalho?

Pedro Filipe Cunha (Associado da SPCE)

REFLETINDO O LUGAR DA SPCE

Nunca como hoje o crescimento e a diversificação do conhecimento, em torno da educação e das práticas educativas, se mostrou tão evidente. Em contrapartida, também os atuais problemas, modificações e inseguranças têm contribuindo para a construção desse mesmo *objeto* (conhecimento) bem como para a redefinição do próprio campo epistemológico das Ciências da Educação. É neste contexto que a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE) se tem vindo a afirmar, enquanto comunidade científica e profissional, ocupando em Portugal um lugar central que privilegia o debate plural, dinâmico, crítico, reflexivo e ético que permite consagrar as Ciências da Educação enquanto *campo* científico.

Ao atendermos à mais recente publicação da SPCE, o boletim informativo, ou incorporando a palavra estrangeira *newsletter*, especificamente a *Newsletter* nº 6, julho-dezembro de 2015, é bem visível ao longo destes 25 anos o trajeto da SPCE, através do empenho de todos os seus associados de várias gerações. As linhas principais referenciadas neste boletim dão-nos conta que a SPCE tem promovido e abrindo espaços para a defesa de mais e melhores condições para a construção de um conhecimento científico tão merecido e necessário para o nosso país. A dinâmica com que esta Associação Científica aqui se apresenta, não só na promoção e difusão de espaços de diálogo, sejam eles encontros, colóquios, seminários, ou até tertúlias, mas também enquanto Associação que estimula e incentiva as Ciências da Educação, enquanto *campo* que privilegia a investigação, a reflexão e a ética. Todas estas observações permitem-nos afirmar que a SPCE assume a preocupação constante de valorizar o conhecimento científico, não descuidando em todos os momentos o respeito pelos direitos humanos, sempre pautados por princípios democráticos. É neste sentido que a Carta Ética da SPCE, aprovada em 2014, veio consolidar a investigação em ciências da educação, na sua realização enquanto ação profissional e científica, e a difusão de boas práticas (científicas), assentes num quadro ético e deontológico.

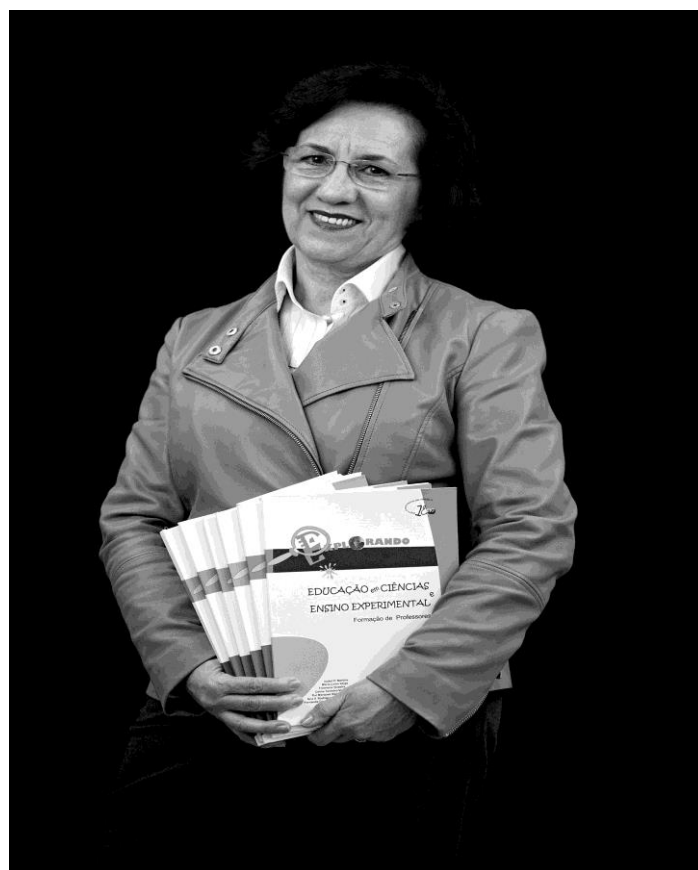
Em suma, esta última Newsletter da SPCE apresenta-se, não só como uma “lufada de ar fresco”, ao contrariar com uma grande parte dos discursos político-ideológicos que têm tentado desvalorizar as ciências da educação, mas também como um reflexo de uma (longa) caminhada de uma comunidade científica que privilegia as ciências da educação, abrindo espaços a novos diálogos e novas reflexões, divulgando e apoiando novos trabalhos científicos, projetando sempre com rigor e ética o

progresso da educação e das práticas educativas, nos seus mais diversos contextos.

Parabéns por toda a mensagem que nos é transmitida pela *Newsletter*, mas acima de tudo muitos parabéns pela (contínua) missão da SPCE ao promover uma maior intervenção pública em defesa das ciências da educação, pois só coletivamente é possível cumpri-la.

Lina Rosálio (Associada da SPCE)

Prof^a Isabel Martins, Homenageada



A Conselheira da SPCE, Prof^a Isabel Martins foi uma das investigadoras homenageadas no livro **Mulheres na Ciência**.

“No ano em que comemora 20 anos de actividade, a Ciência Viva presta homenagem às mulheres cientistas portuguesas, que representam 45% do total de investigadores no nosso país e cujo trabalho notável tem sido fundamental para o progresso que a Ciência e a Tecnologia nacionais registaram nas últimas décadas”.

1ª Conferência Internacional SPCE-SEC

A Educação Comparada para além dos números: contextos locais, realidades nacionais, processos transnacionais.

No passado mês de janeiro de 2016, decorreu no Centro Cultural de Belém e na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a **1ª Conferência internacional organizada pela Secção de Educação Comparada da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação (SPCE-SEC)**. Com o título **A Educação Comparada para além dos números: contextos locais, realidades nacionais, processos transnacionais**, a conferência teve o apoio do World Council for Comparative Education Societies (WCCES) e da Sociedade Ibero-Americana de Educação Comparada (SIBEC). **A organização do evento foi assumida pelo Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeED), com a Coordenação do PROF. ANTÓNIO TEODORO.**



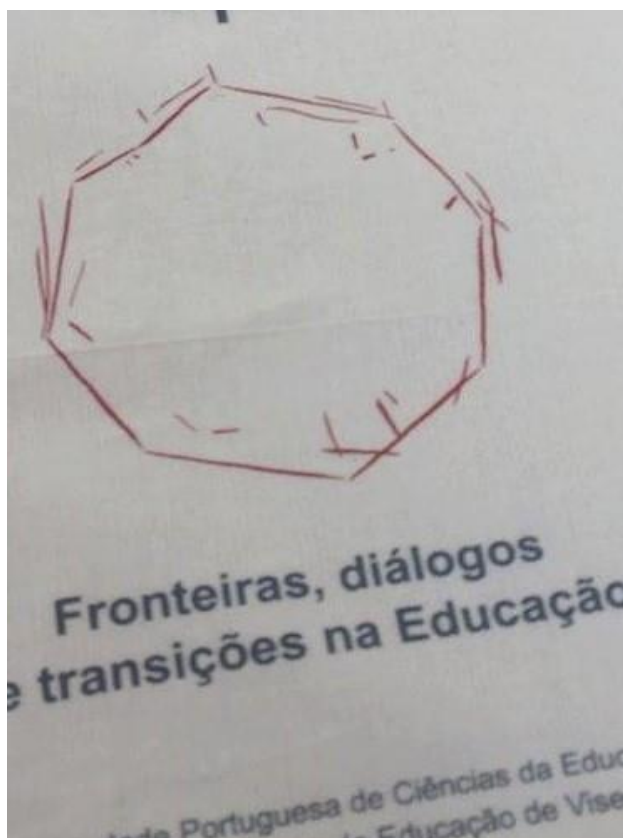
O debate e a análise ocorridos ao longo da conferência, em torno de distintas reflexões e propostas de interpretação (e de intervenção) no mundo das políticas (e práticas) de Educação numa perspetiva comparada, contou com a participação de 312 conferencistas. Destes, 214 partilharam as suas problemáticas e resultados de investigações, no contexto de três modalidades de participação: mesas temáticas (18); grupos de trabalho (14); e, comunicações livres (289) distribuídas em 21 eixos temáticos.



De destacar que o evento contou, ainda, com a presença e participação de dezena e meia de prestigiados especialistas oriundos das mais reputadas instituições de ensino superior e centros de investigação de todo o mundo o que fez deste evento uma oportunidade única de reflexão e discussão em torno das distintas temáticas que enformaram a problemática da conferência centrada na análise de políticas educativas perspectivadas para além dos números dos grandes estudos estatísticos.

Profª Carla Galego
Universidade Lusófona

XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação



O Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE) realizou-se de 7 a 9 de outubro de 2016 na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, sob a temática “Fronteiras, Diálogos e Transições”.

Congresso Internacional “Transformações e (In)consistências das Dinâmicas Educativas. Mudanças na Educação e Lei de Bases”



Na sessão coordenada pelo Prof. António Gomes Ferreira, Diretor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, o Prof. Licínio C. Lima proferiu a conferência de abertura do Congresso.



Foto da conferência de imprensa, em 21 de julho de 2016, com Profª Cristina Gomes (Coordenadora da comissão organizadora); Prof. João Paulo (Presidente da ESEV); Prof. Almerindo Afonso (Presidente da SPCE) e Prof. José Carlos Morgado (Vice-Presidente da SPCE).

Na próxima newsletter (2017) daremos notícias mais pormenorizadas sobre o nosso XIII Congresso.



Perspetiva da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra



MOMENTO DE ABERTURA DO COLÓQUIO “CRIANÇAS, CIDADE E CIDADANIA” CENTRO CULTURAL DE VILA FLOR/GUIMARÃES



Parabéns pelo 50º aniversário do MEM

Realizou-se, no Porto, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, entre 21 e 23 de julho de 2016, o 38º Congresso do Movimento da Escola Moderna, tendo representado a SPCE, na sessão de abertura, a Vice-Presidente Profª Sofia Marques da Silva.

Foi também para nós uma honra o facto de o MEM ter reconhecido a SPCE como membro honorário, tendo, a este propósito, sido realizada em Lisboa uma cerimónia num almoço-convívio em que esteve presente a Profª Cármen Cavaco na qualidade de representante da SPCE.

ISABEL BAPTISTA, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DA CARTA ÉTICA DA SPCE

Sob proposta da Direção, a nossa associada Profª Isabel Baptista foi eleita, na Assembleia Geral da SPCE, realizada em Viseu em 07 de outubro de 2016, a primeira Presidente do Conselho de Acompanhamento da Carta Ética. Em nome de todas as associadas e de todos os associados, desejamos felicidades para este seu importante e inovador mandato.

Na abertura, em que esteve presente o Presidente da Câmara de Guimarães, Dr. Domingos Bragança e o Presidente da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, Prof. Manuel Sarmento, o Presidente da SPCE, também na qualidade de Diretor do Departamento de Ciências Sociais da Educação da Universidade do Minho, referiu: “Este Colóquio é o Colóquio dos três Cs: Crianças, Cidade e Cidadania. São as crianças na *cidade* como lugar por excelência da *cidadania*, e a cidadania como expressão e realização de direitos humanos básicos na *cidade*. Num tempo em que a democracia está tão fortemente cerceada e tão fragilizada, como o demonstra o problema das migrações forçadas e dos refugiados, onde se incluem milhares de crianças, este Colóquio Internacional pode e deve ser também um espaço de denúncia dos direitos que estão a ser sonogados e um momento para juntar mais vozes às aquelas vozes que reclamam uma outra CIDADE e uma NOVA CIDADANIA para todas essas crianças”.

COLÓQUIO INTERNACIONAL JOHN DEWEY

Realizou-se na Universidade da Beira Interior, nos dias 19 e 20 de maio de 2016, por iniciativa da nossa associada e Representante Regional da SPCE, Profª Maria Luísa Branco, o Colóquio Internacional Comemorativo do Centenário da Publicação da obra Democracia e Educação de John Dewey. Entre outros, destacaram-se como conferencistas principais os nossos Conselheiros, Prof. Licínio C. Lima e Profª Isabel Menezes.



Na sessão de abertura, a que presidiu o Senhor Reitor da UBI, o Presidente da SPCE, Almerindo J. Afonso, salientou: “A escassa erudição sobre os autores clássicos que contribuíram para o pensamento educacional continua a ser um problema persistente quando analisamos o campo das Ciências da Educação. Também neste sentido, o contributo deste Colóquio Internacional sobre uma das obras mais conhecidas (embora não consensuais) de John Dewey, é extremamente relevante. Não poderia, portanto, a SPCE deixar de apoiar a sua realização deste o primeiro momento, ficando aqui um agradecimento à UBI pela iniciativa, e de modo especial à Profª Maria Luísa Branco que nos mobilizou em torno deste objetivo”.

POSSE NO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



O Prof. Domingos Fernandes, Presidente do Conselho Fiscal da SPCE, foi um dos mais recentes Conselheiros a tomar posse no Conselho Nacional de Educação (CNE).



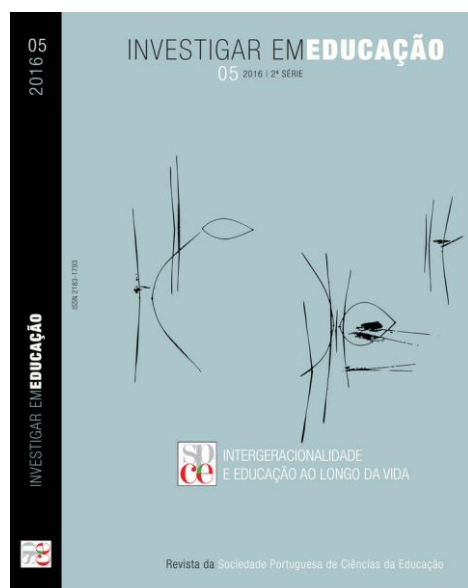
O 2º Congresso Ibero-americano de Educação Comparada e o 7º Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada foram adiados para 24 a 27 de maio de 2017.



Durante o XIII Congresso da SPCE, por iniciativa do Prof. Paulo Dias, nosso associado e Reitor da Universidade Aberta, foi muito concorrida a reunião da criação da nova Secção de Educação a Distância da SPCE.

REVISTA INVESTIGAR EM EDUCAÇÃO

Já está disponível o n. 5 (2016) da nossa Revista Investigar em Educação, com o tema genérico **Intergeracionalidade e Educação ao Longo da Vida**.



Editorial

Barbara Merrill, Rosanna Barros, Preciosa Fernandes, Ana Maria Seixas

Lifelong Learning Comes of Age: Intergenerational Perspectives

Alexandra Withnall

Mentality and Intergenerationality as Framework Conditions of 'Lifelong Learning'. Conceptional consequences of a multi-generational study in East Germany

Peter Alheit

Revisitação gelpiana da educação permanente: ambiguidades e erosão política de um conceito

Licínio C. Lima

Perceções de estudantes seniores sobre os desafios de ler o mundo em contexto universitário

Marisa Maia Machado, Rosa Madeira

A Educação e a Terceira Idade em Portugal: estudo exploratório de uma Universidade Sénior

Rute Ricardo

A educação intergeracional no quadro da educação ao longo da vida - Desafios intergeracionais, sociais e pedagógicos

Susana Villas-Boas, Albertina Lima Oliveira, Natália Ramos, Inmaculada Montero

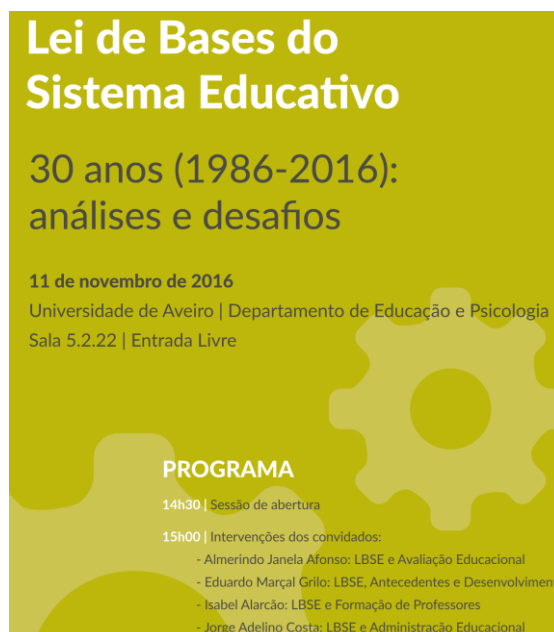
O espírito científico na educação permanente

Mariano Gago

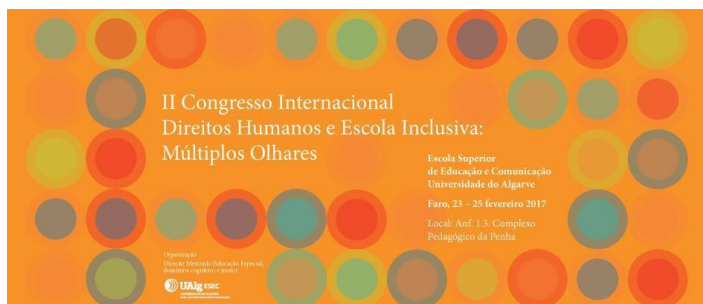
PDF



No IX Congresso Português de Sociologia, o Presidente da Direção da SPCE Almerindo J. Afonso participou com comunicação, por convite da APS, na sessão semiplenária subordinada ao tema: “Pensar além da crise: conhecimento, ciências sociais e política científica”.

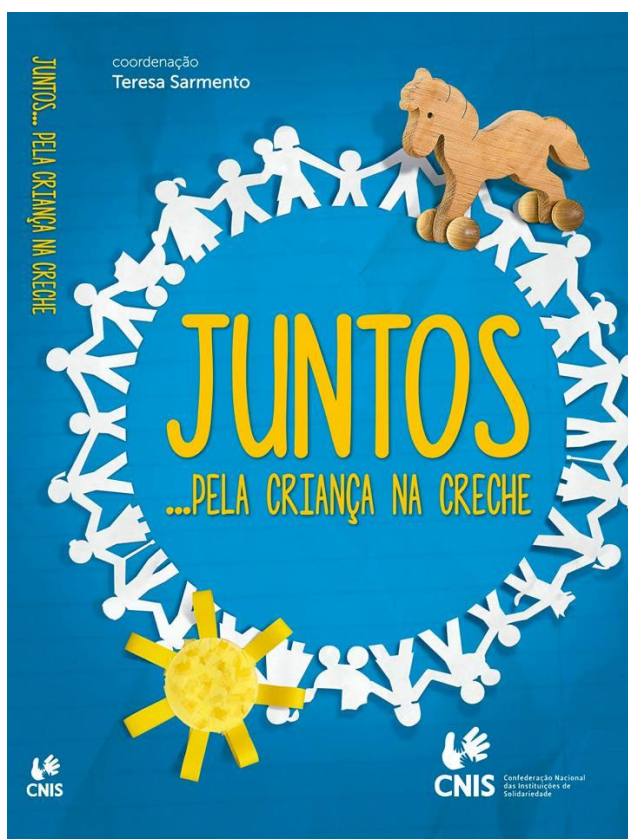


No dia 11 de novembro de 2016, vai realizar-se na Universidade de Aveiro um Seminário sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo com intervenções do Prof. Marçal Grilo e de alguns membros de órgãos sociais da SPCE.



Com o apoio da SPCE, realizar-se-á em Faro, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, entre 23 e 25 de fevereiro de 2017, O II Congresso Internacional *Direitos Humanos e Escola Inclusiva. Múltiplos Olhares*.

LANÇAMENTO DE LIVROS



Com a coordenação e organização da nossa Associada, Profª Teresa Sarmento, foi realizada uma sessão de lançamento da obra coletiva **Juntos pela Criança na Creche**, que ocorreu no Instituto de Educação da Universidade do Minho, em 12 de junho de 2016.



Foi recentemente editada mais uma obra em que é coautora a nossa associada e investigadora do CES de Coimbra, Profª Marta Araújo.

Ficha Técnica

A Newsletter SPCE é uma publicação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
ISSN 2182-9195

Comissão de Redação: Almerindo J. Afonso (Coord.), Ana Maria Seixas e Maria João de Carvalho
Apoio técnico: Rosa Branca Pinto

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação
Rua João de Deus, n.º 38
4100-456 Porto

Telefone e Fax: (+351) 226 009 525
Email: spce.geral@gmail.com / newsletter.spce@gmail.com
Website: <http://spce.org.pt/>
Facebook: <http://www.facebook.com/SPCE1990>

Os textos assinados são da responsabilidade dos/as respetivos/as autores/as, não representando necessariamente o pensamento da Direção da SPCE.